

**"Nós, em nome do povo, cujo direito defendemos":  
o Correio da Manhã e a campanha contra as carnes verdes em 1901**

Lerice de Castro Garzoni<sup>1</sup>

**Resumo:** Este texto discute a primeira campanha do jornal *Correio da Manhã*, sobre a qualidade da carne vendida no Rio de Janeiro no começo do século XX. Uma parte da pesquisa analisa o formato e a linguagem das notícias e artigos publicados sobre esse tema. Outra parte se volta para as questões políticas envolvidas nessa campanha, o que implica em entender as próprias origens do jornal (composto a partir da aquisição do espólio do jornal *A Imprensa*, publicado entre 1898 e 1900 e em 1901) e das ligações de seu proprietário com Rui Barbosa (redator chefe de *A Imprensa* e ex-advogado da Empresa de Carnes Verdes criticada na campanha). O objetivo é refletir sobre as características dessa nova folha e sua inserção em um campo de debate, tendo em vista as relações pessoais estabelecidas pelo seu proprietário.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro, Imprensa, Carnes Verdes

**Abstract:** This text discuss the *Correio da Manhã*'s first campaign, about the quality of the meat that was sold in Rio de Janeiro during the beginning of XXth century. One part of the research analyses the form and the language of the news and articles that were published about this subject. Another part of the research is dedicated to the political questions of this campaign, what takes us to the origins of the journal (created by the end of another journal, called *A Imprensa*, published between 1898 and 1900 and in 1901) and the relations of its owner with Rui Barbosa (*A Imprensa*'s mainly editor and ex-lawyer of the enterprise that was responsible of the meat's commerce). The goal of this text is to know the characteristics of this new journal and its insertion in a champ of debate, regarding the relationships of its owner.

**Keywords:** Rio de Janeiro, Press, Meat

### **Apresentação**

Fundado no Rio de Janeiro em junho de 1901, o jornal *Correio da Manhã* em pouco tempo se firmou com um dos periódicos da chamada “grande imprensa” carioca. No artigo de apresentação, seu proprietário e diretor, o advogado Edmundo Bittencourt, anunciava que “o *Correio da Manhã* não tem nem jamais terá ligação com partidos políticos” e, nesse sentido, é uma “folha livre, que vai se consagrar com todo ardor à causa da justiça, da lavoura e do comércio – isto é, à defesa dos direitos do povo, do seu bem estar e das suas liberdades”. Isso não quer dizer que seja um “jornal neutro”, como outras folhas se qualificavam, porque, segundo Bittencourt, “sabe o povo que essa *nota* de neutralidade (...) é, bastas vezes, um estratagema para, mais a gosto e a jeito, poder ser parcial e mercenária”.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa financiada pela Fapesp.

Com isso, o autor traça um panorama extremamente negativo da imprensa da época, alegando que vários jornais eram patrocinados por partidos políticos ou pelo próprio governo. Além disso, reafirma de forma sistemática que a nova folha estava ao lado do público, tanto no sentido de defender os seus direitos, quanto no de entender seus anseios e expectativas. Ao longo da primeira campanha empreendida pelo jornal, iniciada em julho de 1901 e com repercussões até o início do ano seguinte, vários elementos dessa “carta de apresentação” do jornal são retomados.

Na campanha, é possível vislumbrar tanto uma postura militante em defesa do povo, quanto um posicionamento em relação aos demais órgãos de imprensa. Ao fazer isso, além de construir uma imagem para si e seu jornal, Edmundo Bittencourt buscava inserir o *Correio da Manhã* numa rede de diálogo, enfatizando suas peculiaridades e sua importância naquele contexto. Nessa busca por legitimidade, o jornalista revela traços de sua própria história, assim como das opções políticas envolvidas na criação do novo periódico.

### **Uma campanha para o povo: questão da imprensa e da justiça**

À época do lançamento do *Correio*, o aumento do valor das passagens dos bondes da Companhia de São Cristóvão causava alvoroço na população. Como o próprio jornal noticiava no dia 16 de junho, “a nova tabela de passagens da Companhia de S. Cristóvão, ontem posta em vigor, levantou protestos veementes por parte dos moradores das zonas mais oneradas”. Os “acontecimentos de São Cristóvão” também serviram de mote a diversos artigos, sendo que todos os colaboradores que se manifestaram o esse assunto foram unânimes em apoiar os protestos e criticar a repressão adotada pela polícia<sup>2</sup>. Na descrição dos primeiros levantes, há indícios de como o *Correio*, enquanto instituição, se posicionaria em torno da questão:

(...) Os assaltantes cercaram o carro e *delicadamente pediram* aos passageiros, entre os quais duas senhoras, que descessem. Atendidos, tomaram as rédeas das mãos do cocheiro, soltaram os animais e viraram o carro. Seria de cerca de 30 homens o grupo. Num momento, *derramaram querosene sobre o toldo e o assoalho e atearam fogo (...)*<sup>3</sup>

A forma de descrever as ações dos manifestantes conferia civilidade àquele grupo de homens, cujo alvo, segundo a narrativa, era exclusivamente os bens da companhia, sem agredir a população. Com isso, destacavam a organização e racionalidade do protesto, evidenciando o apoio do jornal. As notícias sobre os assaltos a outros bondes, bem como

---

<sup>2</sup> Ver, entre outros, “Traços da Semana” de João Dalmacio de 23/06/1901 e “Através da Semana” de Gamin de 24/06/1901.

<sup>3</sup> *Correio da Manhã*, 16/06/1901, página 1, grifos meus.

sobre a resposta violenta da polícia, se sucederam nos dias seguintes. Findos os protestos, o assunto era recorrentemente retomado em outro contexto:

(...) Ontem, para proteger uma patota, o presidente da República mandava [palavra ilegível], trucidar o povo pelas ruas, em benefício da Companhia de S. Cristóvão. Hoje, para proteger a Empresa das Carnes Verdes, o presidente da República leva o seu despudor ao ponto de se opor à demissão de um funcionário, criminoso e desalmado, que se vendia, miseravelmente, àquela empresa, conluiou-se com ela, para envenenar o povo, a quem fornece, dizem **nove testemunhas**, carne coberta de apostemas! (...) <sup>4</sup>

Como é possível observar, os “acontecimentos de São Cristóvão” se tornaram parâmetro de comparação para denunciar o estado das carnes comercializadas na cidade – “carne coberta de apostemas” – com a conivência do governo. O funcionário ao qual o trecho se refere como “criminoso e desalmado” era o dr. Torres Cotrim que, segundo o *Correio da Manhã*, recebia suborno da Empresa de Carnes Verdes para fazer vistas grossas à inspeção da carne que seria distribuída pelos açougues. O dr. Cotrim e a referida empresa, de propriedade dos senhores Salgado, Cardoso, Lemos & C, eram os alvos do jornal que, no início de julho de 1901, noticiava a existência de um “inquérito abafado”, cujo conteúdo dizia respeito à saúde e a economia do povo do Rio.

Nesse inquérito, ocorrido em junho de 1900, nove testemunhas haviam respondido questões sobre os procedimentos de inspeção das carnes verdes no Entrepasto de São Diogo. Nesses depoimentos, havia indícios de que os funcionários da Prefeitura, incluindo médicos e veterinários, recebiam suborno da Empresa de Carnes Verdes para consentir com a distribuição de carnes doentes para o consumo da população<sup>5</sup>. O conteúdo desse inquérito foi discutido por vários dias nas páginas do *Correio*, provocando reações em outros órgãos da imprensa não só sobre o caso em si, mas o papel dos jornais naquele momento.

O primeiro artigo de Bittencourt sobre as carnes verdes vinha com o título “Um escândalo”, seguido pela vaga explicação “Inquérito abafado”. Nele, o diretor apresentava três denúncias que seriam recorrentes na série de artigos que publicaria sobre o tema: o preço elevado da carne, sua péssima qualidade – devido ao suborno pago aos funcionários municipais – e, enfim, a existência de um inquérito interrompido por questões políticas. Nesse primeiro artigo, também há muitos indícios da forma como esses temas seriam abordados. O diretor escreve como se estivesse conversando com o público e narra uma história sem

---

<sup>4</sup> *Correio da Manhã*, 10/07/1901, página 1, grifos no original.

<sup>5</sup> As reses, como é explicado ao longo do debate, eram abatidas no Matadouro de Santa Cruz, onde passavam por uma primeira inspeção; posteriormente, eram enviadas para o Entrepasto de São Diogo e inspecionadas mais uma vez antes de serem vendidas aos açougues da cidade.

especificar quando ela havia ocorrido e como chegara ao seu conhecimento. Menciona apenas que teve acesso a uma “cópia autêntica” do inquérito, sem explicar sua origem. Mais que isso, ele cria cenas e diálogos dos personagens envolvidos. Eis, na versão de Bittencourt, a reação do presidente Campos Salles quando o prefeito Coelho Rodrigues lhe anuncia a intenção de demitir o dr. Torres Cotrim:

Mal s. ex. acabava de anunciar ao chefe do estado a deliberação honesta, que tomara, este punha as mãos na cabeça, e suplicava-lha aterrado:  
“-Pelo amor de Deus, não faça semelhante coisa!... Este homem é cunhado do dr. Nuno de Andrade, diretor geral da higiene... O seu ato vai trazer-me complicações muito sérias. Não, nunca! Não me demita este homem!...”<sup>6</sup>

O diretor explora a fronteira entre jornalismo e literatura para prender a atenção de seu leitor, se diferenciando de outros jornais, como o *Jornal do Brasil*, que traz artigos mais diretos e resumidos sobre esse mesmo assunto. Em contrapartida, esse último periódico explora muitos recursos visuais, com charges de diferentes cartunistas que tematizaram a questão das carnes verdes. O *Jornal do Commercio*, por sua vez, apenas relega a questão a seção “A pedidos”, sendo a maior parte reações indignadas às provocações de Bittencourt – o que parece ser, justamente, um dos objetivos desse advogado.

No *Correio da Manhã*, após esse primeiro artigo, haveria uma série de outros, todos com o mesmo título, “Um escândalo”, dando detalhes sobre cada um dos temas anunciados ou respondendo aos textos e charges publicados em outros jornais. Parece que a intenção desse primeiro artigo era mesmo causar indignação, mais que informar ou explicar o que havia acontecido. Isso seria feito aos poucos, em cada um dos textos subsequentes, como capítulos de um mesmo volume. Assim, no artigo seguinte, ele explica, por exemplo, que “o sr. Campos Salles não deixou [demitir o sr. dr. Cotrim] porque, naquela ocasião, a peste bubônica tornava indispensáveis os preciosos serviços do dr. Nuno de Andrade, cunhado do dr. Cotrim”. Mas, como no texto anterior, não informa com precisão a data desses acontecimentos.

Acontece que, junto com esse segundo artigo, ele publica o primeiro depoimento do famigerado inquérito, no qual consta a data de 15 de junho de 1900, ou seja, um ano antes do momento em que escreve. Mas isso não merece menção de Bittencourt, que redigia o texto como se fosse algo bem mais recente, deixando que os leitores atentassem (ou não) para esse detalhe. Falar no presente de um fato passado confere mais vivacidade ao relato do diretor, o que pode não ter agradado os funcionários de 1901. O então administrador do Entrepasto,

---

<sup>6</sup> *Correio da Manhã*, 01/07/1901, página 1.

João Seizedello, se manifesta no *Jornal do Commercio*. Após reproduzir dois trechos do *Correio*, ele diz:

Ora, por esses períodos vê-se que, casual ou propositadamente procurou o brilhante órgão da nossa imprensa ocultar a circunstância de tempo e de nomes, de modo que as pessoas que não têm acompanhado esta questão poderão pensar com tais fundamentos que na repartição a meu cargo todos são susceptíveis de suborno (...) o ilustre Diretor do Correio da Manhã que procure desfazer o que de confuso vai nessas asseverações de caráter genérico<sup>7</sup>

A percepção desse contemporâneo, que se expressa com ironia ao usar as expressões “brilhante órgão da nossa imprensa” e “ilustre diretor”, parece ser bastante pertinente para entender o tom da campanha de Bittencourt. Omitir essas informações parece ser muito mais estratégico que casual, pois gera uma confusão a ser esclarecida um pouco mais a cada dia. Enquanto isso, para o bem ou para o mal, seu nome e seu jornal iam sendo mencionados em profusão, alcançando a publicidade desejada. As provocações dão início a um longo debate. Enquanto os escritos do *Correio* diziam estar “fundados em documentos e no testemunho de pessoas sérias”<sup>8</sup>, a Empresa de Carnes Verdes vinha a público dizer que o “inquérito foi uma extravagância perversa”, pois reunia testemunhos de pessoas “cujo valor moral é muito discutível”<sup>9</sup>. O mais curioso é que quanto mais o diretor do *Correio* afirma ter documentos e provas, menos ele referencia suas fontes.

Essa relutância do jornal em expor documentos concretos também pode ser observada na forma como os depoimentos do inquérito foram publicados. No dia 02 de julho, o diretor publica o primeiro depoimento, logo abaixo de seu artigo. No dia seguinte, argumenta que “por maior clareza e método na exposição, interromperemos a publicação do depoimento das testemunhas que figuraram no inquérito a que nos referimos”. Ele volta a publicar os depoimentos a partir do dia 06, um ou dois por dia. Além de não tomar muito espaço, nem tornar a leitura cansativa, essa forma de publicar, repartindo um único documento em trechos, também ajudava a prender a atenção do público. Mas ainda há outro fator importante: publicar o inquérito dessa forma dificultava a contraposição dos diferentes depoimentos e, logo, a percepção das divergências existentes entre eles. O dr. Cotrim, por meio dos “A pedidos”, explicava que, das nove testemunhas, “cinco foram totalmente silêncio em relação ao Diretor de Higiene e quatro a este se referiram incidentalmente”<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> *Jornal do Commercio*, 10/07/1901, página 5.

<sup>8</sup> *Correio da Manhã*, 03/07/1901, página 1

<sup>9</sup> *Jornal do Commercio*, 05/07/1901, página 3.

<sup>10</sup> *Jornal do Commercio*, 05/07/1901, página 3

As trocas de acusações pela imprensa vão dar origem a algumas ações judiciais. No dia 06 de julho, a firma Salgado, Cardoso, Lemos & C. anuncia que “atribuindo-nos fato punido pelo Código Penal e em que tem lugar a prova, vamos chamar o *Correio da Manhã* a responsabilidade criminal”<sup>11</sup>. O fato atribuído à empresa pelo *Correio* era o crime de suborno, como o próprio Bittencourt explica ao público transcrevendo o conteúdo dos artigos 214 e 217 do código em seu artigo de 09 de julho. Nesse mesmo artigo, ele provoca:

Aqui tem o publico a criminalidade do dr. Cotrim e da Empresa de Carnes Verdes, provada pelo inquérito a que se procedeu na Prefeitura e no qual depuseram nove testemunhas.(...) A empresa corruptora e o dr. Cotrim, empregado corrompido, pensavam que nos metiam medo com a ameaça de um processo por crime de calúnia.(...) Desafiamos, pois, à Empresa de Carnes Verdes e ao seu cúmplice no envenenamento da população desta cidade a que nos processem. Agora não podem mais recuar. Venha o processo, porque, já que o dr. Prefeito municipal não encontra na sua tão apregoada honradez e independência estímulo, para punir os réus de tão odioso crime, e até consente, por supremo ultraje à moral pública, que o dr. Cotrim continue no exercício do cargo de diretor de higiene, nós, em nome do povo, cuja causa defendemos, nós, que temos aqui filados pela gola os delinqüentes, havemos de pedir aos tribunais a sua punição.

Para começar, o diretor diz que o inquérito havia “provado” a criminalidade. Ora, como advogado, ele sabia que, do ponto de vista legal, o inquérito era apenas o primeiro passo para poder considerar algum ato ou pessoa como criminoso. Mas, como jornalista, ele abusava de certos arroubos retóricos. Mais que isso, ele comunicava a intenção da empresa e do dr. Cotrim em processá-lo por calúnia, crime que também estava previsto no Código Penal. Essa intenção não o intimida pois, para ele, a justiça estava do seu lado. Bittencourt não só emprega documentos instaurados pela justiça como matéria de seus artigos, como solicita a intervenção dessa instância na resolução da questão. Em alguns momentos, portanto, o *Correio* chega a aproximar o papel da imprensa ao da justiça: mais que complementares, eles teriam a mesma função de defender direitos.

### **Entre denúncias e ofensas**

Antes de abrir o processo de calúnia, a empresa investiu em outra manobra, atacando o diretor do jornal em termos mais pessoais. Ela manda publicar e espalhar pela cidade trechos de cartas em que Bittencourt pedia dinheiro emprestado a um de seus sócios, o coronel Joaquim Pedro Salgado<sup>12</sup>. Segundo a firma, o diretor do jornal atacava o monopólio de carnes verdes porque um de seus pedidos de empréstimo, por ser muito alto, fora recusado. Essa revelação passa a ser recorrente nos escritos que criticavam a campanha do *Correio*, inclusive

---

<sup>11</sup> *Jornal do Commercio*, 06/07/1901, página 3.

<sup>12</sup> *Jornal do Commercio*, 12/07/1901, página 3.

naqueles mais zombeteiros. No “A pedidos” do *Jornal do Commercio*, versinhos e paródias satirizavam o fato de alguém falar tão mal da empresa na qual tanto “mamou”<sup>13</sup>.

Bittencourt reage dizendo que a firma havia deturpado o sentido das cartas ao selecionar alguns fragmentos, ao invés de publicá-las na íntegra. O diretor lembra que essas cartas haviam sido dirigidas a um “particular amigo”, não à empresa, e que isso fora há mais de seis meses, quando o *Correio* nem existia. Como vimos, muitas dessas ressalvas do diretor em relação à forma como suas cartas foram publicadas poderiam ter sido aplicadas à forma como ele próprio havia publicado os depoimentos do inquérito. Enfim, Bittencourt aproveita a ocasião para afirmar sua identidade de jornalista, dizendo que “quando entrei para este jornal, pus diante dos olhos, Deus me é testemunha, a causa do povo e da verdade”, acrescentando que “para servi-la, esqueci tudo”<sup>14</sup>. Para se defender, o diretor também intensifica suas críticas a outros jornais que, segundo ele, fariam parte da “imprensa que se vende”. Além do *Jornal do Commercio*, outros órgãos passam a ser atacados:

(...) Fez mais a Empresa das Carnes Verdes: transformou *Aretino*, em negro de ganho, e por ele mandou pregar pelas esquinas cartazes que o povo e a mocidade das escolas arrancavam indignados. A Empresa de Carnes Verdes pensou que, virando para o nosso lado o esgoto da boca de *Aretino*, nos faria desertar do nosso posto. Mas enganou-se a empresa criminosa<sup>15</sup>

O epíteto *Aretino*<sup>16</sup> se referia ao *Cidade do Rio*, jornal dirigido por José do Patrocínio. Desde o início do mês, essa folha havia publicado algumas charges ridicularizando Bittencourt. Para esse último, a “empresa criminosa”, que havia subornado funcionários, agora pagava à imprensa. José do Patrocínio respondeu em termos nada corteses, com um longo artigo intitulado “Amônia a um bêbedo”<sup>17</sup> em que, após chamar Bittencourt de energúmeno, bêbedo e insolente, afirmava:

(...) tive curiosidade de saber quem era esse Bacharel Edmundo, como ele nasceu Bittencourt, no Rio Grande do Sul, e bem assim como ele tinha chegado a ser tão bêbedo e tão insolente. O Bacharel nutria desejos de ter um jornal, de ficar com *A Imprensa*, que o Sr. Rui Barbosa, dizia ele, não sabia dirigir e manter. Previ com acerto que mais dia menos dia havia de encontrar o Bacharel a cambaleiar no meu caminho (...) Das minhas pesquisas resultou-me a informação de que o homem era um Rocambole de Foro, um desses refinadíssimos bilontras (...)

<sup>13</sup> Ver “O Bezerra da Manhã”, *Jornal do Commercio*, 15/07/1901, página 4.

<sup>14</sup> *Correio da Manhã*, 13/07/1901, página 1.

<sup>15</sup> *Correio da Manhã*, 14/07/1901, página 1.

<sup>16</sup> Pietro Aretino (1492-1556) foi poeta e viveu em Veneza. Segundo Paulo Franchetti, “Aretino soube transformar em riqueza o poder de formar opinião, obtendo vantagens da capacidade de construir ou destruir a imagem pública dos poderosos”. Ver [www.germinaliteratura.com.br/enc\\_pfranchetti1\\_ago5.htm](http://www.germinaliteratura.com.br/enc_pfranchetti1_ago5.htm), consultado em janeiro de 2008.

<sup>17</sup> *Jornal do Commercio*, 16/07/1901. Esse mesmo texto havia sido o editorial da *Cidade do Rio* no dia anterior.

Vindo do Rio Grande do Sul, Bittencourt trabalhara como solicitador do Foro desde finais do século XIX. As críticas ao seu trabalho nas esferas do direito, fosse como rábula ou como advogado, serviam para que Patrocínio desqualificasse suas proposições enquanto jornalista. A referência ao jornal *A Imprensa*, dirigido por Rui Barbosa, nos dá acesso a outra dimensão das relações de Bittencourt que, segundo Nelson Werneck Sodré, “começou a advogar com Rui Barbosa e Sancho de Barros Pimentel”<sup>18</sup> após seu estabelecimento na cidade do Rio de Janeiro. Ainda segundo Sodré, Rui Barbosa e Carlos Bandeira haviam adquirido o espólio do jornal *A República* e fundado *A Imprensa* em 1898, onde Bittencourt trabalhara como secretário. Essa folha foi liquidada em abril de 1901 e Bittencourt comprou o seu material, o que originaria o próprio *Correio da Manhã* cerca de dois meses depois. Ainda sobre as relações existentes entre Rui Barbosa e Bittencourt, José do Patrocínio comenta:

Um episódio: O Sr. Rui Barbosa, acusado pela firma Salgado, Cardoso, Lemos & C. de haver, na vigência de um contrato que com ela celebrara, fornecido uma consulta contrária a seus direitos e em benefício de terceiro, estava publicando pareceres de juriconsultos e até mesmo de piabas de Foro.

– Fui também consultado, contava o Bacharel, e neguei-me a responder, porque apesar de amigo do conselheiro, julgo-o indefensável. (...) Correm os dias e eis-me em face da acusação formal da firma Salgado, Cardoso, Lemos & C. contra o Bacharel Edmundo, por um fato semelhante ao que ocorreu com o Sr. Rui Barbosa. (...) Não se sente que o Bacharel só depois de ter percorrido toda a escala da prostituição do caráter, veio para a imprensa fingir de pomba da arca, mas tendo apenas dos pombos a qualidade de sujar a casa em que moram?

No começo daquele ano, Rui Barbosa havia se envolvido em uma situação bastante delicada em relação à empresa que detinha o monopólio do comércio de carnes verdes na cidade do Rio de Janeiro. Sendo advogado da empresa Salgado, Cardoso & C, ele foi acusado de haver agido errado ao dar um parecer jurídico para uma empresa concorrente. Rui Barbosa foi criticado publicamente, por meio da seção “Publicações a pedidos” do *Jornal do Commercio*, e respondeu nas páginas do jornal em que era redator-chefe, *A Imprensa*. Além de escrever artigos, sua estratégia de defesa envolvia a publicação de pareceres de diferentes juristas, com o intuito de mostrar que tinha o direito de dar o referido parecer e que não fora incorreto. O caso foi um escândalo na carreira do eminente advogado, sendo lembrado por seus inimigos políticos em outros momentos de sua trajetória<sup>19</sup>. Também é um dos fatores

---

<sup>18</sup> Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999 [1966], p.287.

<sup>19</sup> Sobre esse caso e sua repercussão posterior, ver Magalhães Jr., R. “Rui e o caso das carnes verdes” in *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

evocados para explicar o fim do periódico *A Imprensa*, em março de 1901, além das dificuldades financeiras que a firma enfrentava desde o ano anterior.

Patrocínio retoma o episódio com o intuito de criticar o caráter de Bittencourt, qualificado como um dos “piabas do Foro”, que havia abandonado seu “mestre” no momento em que ele precisava de seu apoio. Acontece que tanto Bittencourt quanto Rui Barbosa haviam advogado para a firma Salgado, Cardoso, Lemos & C., assim como ambos haviam abandonado a causa dessa empresa antes de encerrar o contrato. No contexto da campanha das carnes verdes esse episódio ganha um novo sentido. Mais que isso, o episódio era ressignificado por José do Patrocínio, que se aproveitava da polêmica para investir contra Rui e Bittencourt, como fica evidente na charge publicada no dia 13 de julho na *Cidade do Rio*.

Na charge, Bittencourt e Rui Barbosa entreolham-se, ambos de punhos cerrados e bastante indignados. Na legenda, Bittencourt diz: “aí está, mestre Rui, o senhor comeu e é a mim que estão dando poaia”, enquanto Rui responde: “é boa, vocês comem e depois dizem que aprenderam comigo”. A expressão “comer” tem um sentido ambíguo, já que remetia tanto à idéia de fraude quanto à história das carnes verdes. Aos poucos, portanto, a campanha iniciada pelo *Correio* nos mostra as ligações prévias de Bittencourt com o eminente advogado Rui Barbosa, assim como a ligação de ambos com a atacada Empresa Salgado, Cardoso & C.

Então, para além de falar “em nome do povo” e defender seus direitos, é possível considerar que Bittencourt tinha motivações pessoais para eleger a questão das carnes verdes como tema da primeira campanha do *Correio da Manhã*. Mais cedo ou mais tarde, essa escolha faria com que elementos de sua própria vida e da história de seu jornal viessem à baila, fossem discutidos e ressignificados. Afinal, enquanto José do Patrocínio considerava um demérito a associação com o nome de Rui Barbosa, parece que Bittencourt assume essa associação como um benefício, talvez pela publicidade que isso lhe proporcionaria<sup>20</sup>.

### **Considerações Finais**

Os artigos escritos por Bittencourt ao longo da campanha apresentam o tom de uma conversa informal, contam histórias a-temporais, são entremeados por acusações inflamadas e diálogos inventados. Junto à estratégia de omitir ou fragmentar suas provas documentais, fica

---

<sup>20</sup> O prestígio de Rui Barbosa decorria de sua intensa participação na política imperial. Ao fim de seu segundo mandato parlamentar, em 1884, ele recebeu o título de “conselheiro”. Pouco tempo depois, se engajou na campanha abolicionista e republicana, tendo ocupado o cargo de ministro da Fazenda no Governo Provisório. No governo de Floriano Peixoto, Rui Barbosa se estabeleceu como oposição ao governo, sendo obrigado a se exilar na Inglaterra entre 1893 e 1895. Nos primeiros governos civis, Rui manteve uma posição de crítica, principalmente a Campos Salles. Sobre a vida de Rui, ver Gonçalves, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

evidente que o objetivo do diretor não é necessariamente informar seus leitores, mas criar um clima de contestação e, sobretudo, uma identificação com as causas populares. Nesse sentido, as críticas e sátiras que decorreriam dessa empreitada de Bittencourt seriam mostradas como um fardo a ser carregado por aqueles que se dispõem a falar “em nome do povo”. Mas a forma como esses textos foram compostos e publicados, sempre na página inicial e com o célebre “continua amanhã”, também cumpre o objetivo de prender a atenção dos novos leitores, o que nos aponta para uma preocupação com a manutenção do jornal enquanto empresa. Trata-se, portanto, de conquistar um espaço entre as outras publicações, mas sempre com uma posição de enfrentamento em relação a determinados políticos e órgãos da imprensa.

O esforço para se manter tão explicitamente ao lado de Rui, assumindo os benefícios e riscos dessa associação, também ajudaria o periódico a demarcar sua posição em relação à política e à imprensa. Velhos inimigos atacados nas páginas de *A Imprensa*, como Campos Salles e José do Patrocínio, seriam novamente enfrentados pelo *Correio da Manhã*. Não se trata, porém, de considerar a nova folha uma continuidade do periódico anterior<sup>21</sup>. Como vimos, o *Correio* adotou uma linguagem bastante combativa, para definir a função do jornalismo como paralela a da justiça, sempre voltada aos interesses do povo. Porém, ainda que seja um projeto independente e original, as ligações existentes entre os editores desses jornais foram determinantes tanto para a criação quanto para o desenvolvimento do *Correio*, como fica patente na escolha do tema da primeira campanha.

---

<sup>21</sup> Essa questão foi discutida por mim no texto “*A Imprensa nas origens do Correio da Manhã? Editores e leitores de dois jornais cariocas na virada do século (1898-1901)*”, a ser publicado em breve.